

**GT – 18: “Produção imobiliária, segregação socioespacial e insegurança urbana”**

**ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO, ENTRE O ABERTO E O FECHADO: a complexidade da dinâmica socioespacial do Condomínio Parklândia na Avenida Augusto Montenegro, Belém-PA**

Autor (01): Luis Henrique Andrade de Castro

Filiação institucional: Universidade do Estado do Pará - UEPA

E-mail: [luishenriquecasan@gmail.com](mailto:luishenriquecasan@gmail.com)

Autor (02): Adriely Costa Monteiro

Filiação institucional: Universidade do Estado do Pará - UEPA

E-mail: [adrielymonteiro10@hotmail.com](mailto:adrielymonteiro10@hotmail.com)

**RESUMO:** A forma de produção do espaço se dá por diferentes agentes, que visam diversos interesses, e na Avenida Augusto Montenegro isso ocorre fortemente pelo fato de ser uma área de expansão de Belém-PA. Dessa forma, essa pesquisa tem como objetivo analisar a produção do Espaço Residencial Fechado Parklândia no contexto da dinâmica socioespacial da Avenida Augusto Montenegro. A pesquisa possui cunho qualitativo, os dados empíricos foram obtidos a partir de observação direta e participativa em trabalho de campo. Realizou-se 4 trabalhos de campo e 17 entrevistas com moradores do Condomínio Parklândia. Esse condomínio possui particularidades em relação aos demais condomínios, uma vez que tem como agente modelador do espaço a própria população, haja vista que ela o tornou um espaço fechado de moradia.

**Palavras-chave:** Espaço urbano; Segregação socioespacial; Condomínio Parklândia; Público e Privado.

## INTRODUÇÃO

Na Europa, durante a idade média, dentro dos feudos, tinha-se a separação socioespacial dos nobres dos servos, já que, apesar de morarem em um mesmo espaço, os nobres se auto-segregavam dentro de castelos, rodeados de riquezas e com grande influência social, bem diferente da realidade dos servos que moravam em cabanas rústicas, com quase ou nenhum privilégio.

Mais adiante, em Londres, no século XVIII, de acordo com Raposo (2012), surgem as primeiras formas de habitação residencial dentro de condomínios fechados como se conhece hoje, onde a maioria dos residentes dessa espécie de condomínio eram aristocratas. Ademais, essa forma de habitação, ainda segundo Raposo (2012) se deu a partir de uma praça pública.

Avançando no tempo, na segunda metade do século XX surgem no Brasil os primeiros condomínios residenciais fechados, mais especificamente no estado de São Paulo, sendo que os empreendimentos eram destinados principalmente para as classes média e alta que estavam em ascensão no país. Esse processo, no Brasil, foi motivado pela dinâmica dos sistemas de habitação da Europa e da América. Segundo Ferraz (2011), esses sistemas obedeciam às mudanças nos padrões de envolvimento do Estado na provisão da moradia ao longo do século XX. De acordo com a autora, identifica-se mais precisamente um curto período após a Primeira Guerra Mundial e um período mais extenso após a Segunda Guerra em que o modelo prevalecente caracterizou-se pela provisão massiva e pela forte atuação estatal, padrão este observado nos EUA pós-Grande Depressão (também conhecida como Crise de 1929, foi uma grave crise econômica que atingiu os Estados Unidos e o mundo capitalista no final dos anos 1920) e nos chamados Estados de Bem-Estar Social da Europa.

O interessante é que esses condomínios eram direcionados para áreas mais distantes dos grandes centros, sobretudo pelo fato de serem condomínios horizontais, o que requer uma área maior que já não pode se encontrar no centro das grandes cidades. Portanto, cabe enfatizar, nesse contexto, “o papel cada vez maior do investimento na habitação como parte de um sistema financeiro integrado em nível mundial” (IPEA, 2010)

De acordo com Sposito (2006) os espaços residenciais fechados são originários dos Estados Unidos e datam da segunda metade do século XIX, consolidando a urbanização capitalista e a condição da cidade como mercadoria. Esse tipo de moradia norte-americana, as gated communities, traduz a ideia de residir no subúrbio, distante de incômodos das áreas comerciais,

do trânsito caótico e do barulho, e cria a possibilidade do convívio entre os iguais, sendo assim, o modelo ideal de habitação.

Em Belém, como recorda Rios (2019), ocorre um período de ‘esfriamento’ do mercado imobiliário e o surgimento da produção habitacional voltada à população de alta renda. Configura-se assim, o início da produção dos condomínios fechados horizontais ao longo do eixo da Avenida Augusto Montenegro. Assim, esse eixo, enquanto área de expansão de Belém, se encontra a partir da década de 1990 em um enorme crescimento em relação à construção de Espaços Residenciais Fechados. Os espaços residenciais fechados são uma expressão usada por Sposito e Góes (2013) para designar os empreendimentos residenciais horizontais murados e controlados por um sistema de segurança.

Dessa forma, pode-se notar que, com o passar do tempo, a forma de produção do espaço se dá por diferentes agentes. Segundo Corrêa (2004), os agentes modeladores do espaço são os proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais ligados à indústria da construção civil; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado; os grupos sociais excluídos. Contudo, não se coloca a população como agente modelador da cidade, consequentemente do espaço urbano.

Para Góes e Sposito (2013), novas formas de produção do espaço urbano com tendência à segregação socioespacial geram novas tendências espaciais. Dessa forma, a produção do espaço realizada pelos moradores do Residencial Parklândia, acabou por gerar uma segregação entre os moradores e o bairro da Cabanagem, tanto que o residencial acaba por ser um enclave no meio deste bairro.

A pesquisa tem como objetivo geral analisar a produção do Residencial Parklândia no contexto da dinâmica socioespacial da Avenida Augusto Montenegro, Belém-PA. Ademais, os objetivos específicos incluem identificar as mudanças relativas à conversão do Residencial Parklândia de espaço aberto de moradia para espaço residencial fechado; reconhecer os agentes modeladores do espaço envolvidos nessa dinâmica, suas lógicas de atuação e interesses; analisar os serviços e espaços de uso coletivo internos ao residencial e sua condição num espaço fechado e compreender a relação entre a conversão do Parklândia em espaço residencial fechado e a dinâmica socioespacial e imobiliária da Avenida Augusto Montenegro.

A pesquisa se justifica pela necessidade de analisar o processo de transformação do Residencial Parklândia, que já foi um espaço aberto de moradia, em um espaço residencial

fechado, seus impactos na população que hoje reside dentro e no entorno dele, bem como os agentes responsáveis por esses processos socioespaciais. Dessa forma, essa pesquisa tem como papel fundamentar a população como agente modelador do espaço urbano e entender como a dinâmica socioespacial da Avenida Augusto Montenegro fez com que um espaço público se tornasse privado a partir do interesse da população do R residencial Parklândia.

A área da Avenida Augusto Montenegro atualmente perpassa por uma densa transformação socioespacial e se torna palco de diversos entraves, como pode ser observado nesta pesquisa. Portanto, a pesquisa irá contribuir para a caracterização da população enquanto agente modelador do espaço urbano, analisando seus processos, suas relações e particularidades, e a pesquisa irá contribuir para que se compreenda a nova configuração espacial dessa área. Ademais, faz-se necessário explicitar as transformações socioespaciais dentro e no entorno do residencial Parklândia no contexto da Avenida Augusto Montenegro.

## **1- ESPAÇOS CERCADOS E A EXPANSÃO URBANA**

O espaço, enquanto um dos principais conceitos da geografia, se utiliza de diversas dinâmicas para sua produção, reprodução e transformação. Segundo Lefebvre (1974):

À sua maneira produtivo e produtor, o espaço (mal ou bem organizado) entra nas relações de produção e nas forças produtivas. Seu conceito não pode, portanto, ser isolado e permanecer estático. Ele se dialetiza: produto-produtor, suporte de relações econômicas e sociais. Ele não entra também na reprodução, a do aparelho produtivo, da reprodução ampliada, das relações que ele realiza praticamente, “no terreno”? (LEFEBVRE, 1974, p. 07).

Assim, o espaço que a todo o momento é produzido e alterado, também altera a produção e reprodução da sociedade. Quando se fala em produto, deve-se lembrar que ele não é apenas físico, mas deve-se considerar suas interações, reproduções e alterações. Assim, esse produto se dá por conta da sociedade capitalista em que se insere, onde se tem a acumulação como principal objetivo, como bem cita Santana e Alvarenga (2015).

Mas no capitalismo ele produz espaço com fins de acumulação, ultrapassando a mera reprodução da vida, e garantindo também a reprodução das relações de trabalho (e de classe, a reprodução da força de trabalho, para sermos mais precisos) e a reprodução das relações sociais de produção (SANTANA e ALVARENGA, 2015, p. 07).

Santos (1994) define que o espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, distantes do natural, cada vez mais modernos, povoados por sistemas de ações que são igualmente imbuídos de artificialidade, e por isso mesmo, conhece-se um novo sistema de natureza, que está desnaturalizada. Neste sentido, o espaço é entendido como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações. Os objetos não são dados naturais, são fabricados pelo homem para serem a fábrica da ação (funcionalidade), e tendem a imitar a natureza e chegar cada vez mais próximos dela. Esses objetos aparecem dotados de intencionalidade, que é a intenção para se produzir as ações e sustentar os objetos a partir da ação dos agentes hegemônicos, ou seja, é o elemento fundamental para sustentar objetos e ações no mundo globalizado.

As ações aparecem como ações racionais, movidas por uma racionalidade que se estabelece a partir de seus fins ou aos meios. O espaço se constitui também a partir desses sistemas, pois as racionalidades e irracionalidades tendem a definir a forma de estruturação da cidade, cabendo ao Estado essa condução de irracionalidades, estabelecendo os instrumentos necessários de intervenção e as regras de um planejamento eficaz e aceitável. Conforme Santos (1994), podemos entender o espaço como:

(...) a soma indissociável entre sistemas de objetos e sistemas de ações. Nem sistemas de objetos apenas, nem sistemas de ações apenas, mas sistemas de objetos que influenciam sistemas de ações, sistemas de ações que influenciam sistema de objetos, sistemas de objetos e sistemas de ações indissolúvelmente juntos e cuja soma e interação nos dão o espaço total. Quanto mais complexa for a divisão do trabalho, maior a diversificação e a complexificação dos objetos e das ações, maior a espessura do subespaço correspondente (SANTOS, 1994, p. 49).

Atualmente, o espaço se redefine como um conjunto indissociável no qual os sistemas de objetos são cada vez mais artificiais e os sistemas de ações são, cada vez mais, tendentes a fins estranhos ao lugar, ou seja, analisando de um ponto de vista do lugar e seus habitantes, a remodelação espacial se constrói a partir de uma vontade distante e estranha, mas que se impõe à consciência dos que vão praticar essa vontade. O espaço é mutável, cotidianamente sofrendo transformações devido sua dinamicidade, por isso o espaço comporta muitas definições.

A cidade tem seu espaço marcado por diferentes usos da terra. Esses usos irão definir áreas dentro da cidade, como o centro que se configura pela concentração de atividades comerciais, de serviço e de gestão, assim como áreas industriais, residenciais e de lazer. Tais usos da terra, em conjunto, definem o que Corrêa (1989, p. 8) denomina de espaço urbano: “(...) o espaço urbano é um

reflexo tanto de ações que se realizam no presente como também daquelas que se realizaram no passado e que deixaram suas marcas impressas nas formas espaciais do presente”.

Segundo ele, esse espaço pode ser ao mesmo tempo fragmentado e articulado, pois cada uma de suas partes mantém relações espaciais com as demais, e essas relações se manifestam através do fluxo de veículos e pessoas, aos deslocamentos cotidianos entre as residências e os locais de trabalho, constituindo o espaço urbano também como um reflexo da sociedade. Portanto, no mundo capitalista, esses fluxos são mais variados, já que há a circulação de mão de obra, salários e de “mais-valia” que se traduzem em relações de poder.

A cidade torna-se, também, um espaço de convívio entre diferentes classes sociais, onde elas são produzidas e reproduzidas. E com essas diversas classes sociais convivendo, há a inserção da cultura de cada uma delas. Para Corrêa (1989) esse convívio acaba por gerar a fragmentação socioespacial, que leva a conflitos sociais, o que torna o espaço da cidade o cenário e objeto das lutas sociais, já que estas têm como objetivo o direito à cidade, à cidadania plena e igualitária. Carlos (2019) afirma que o espaço é um produto, sendo meio e processos de produção, é viável que o espaço urbano seja considerado um processo social, e segundo ela esteja ligado à propriedade privada da terra, tendo produções e reproduções nas suas relações.

### **1.1- Agentes modeladores do espaço urbano**

O espaço urbano, segundo Corrêa (1989, p. 11) “é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem o espaço”. Os agentes sociais do espaço urbano, que produzem, modelam e consomem o espaço, vão ser derivados de uma dinâmica de acumulação de capital. Segundo Corrêa (2004),

A complexidade da ação dos agentes sociais inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas ao espaço urbano, densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, relocação diferenciada da infra-estrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade (CORRÊA, 2004, p. 11).

Esses agentes sociais vão ser os proprietários dos meios de produção, sobretudo de grandes indústrias. Os proprietários imobiliários, também proprietários fundiários, o estado e os grupos sociais excluídos. Faz-se necessário que todos façam parte de um conjunto de estratégias e ações que vão desempenhar um processo de mudança e modelagem da cidade, com seus pontos de serviços e atrações para a população daquela determinada região.

Capel (1974) afirma que esses agentes agem a partir de leis que regulam a sua atuação, sendo que essas leis representam e defendem os interesses das classes dominantes na formação social, e em alguns casos esses interesses também são da população em geral, mas que na maioria das vezes, são priorizados os interesses específicos desses agentes.

Os proprietários dos meios de produção, devido a sua dimensão de suas atividades, são grandes consumidores de espaço. Eles necessitam de amplos espaços baratos para que suas atividades comerciais possam ser mais efetivas, seja com a linha de transportes, rodoviária ou mesmo de fácil acesso populacional. Essa relação entre proprietários dos meios de produção e a terra urbana, gera conflitos fundiários, pois a partir da instalação daquela indústria, há um aumento do preço da terra, então a especulação fundiária não interessa aos proprietários dos meios de produção, e sim aos proprietários fundiários. A resolução desses conflitos se faz na pressão exercida sob o Estado para que este realize desapropriações de terras, instalação de infraestrutura necessária às suas atividades e para a criação de facilidades com a construção de casas baratas para a força de trabalho das indústrias, ou seja, há todo um jogo e troca de interesses entre esses agentes, tendo o Estado por trás dessas ações.

Os promotores imobiliários são um conjunto de agentes que realizam, parcial ou totalmente, algumas atividades como incorporação, financiamento, estudo técnico, construção ou produção física do imóvel, comercialização ou transformação do capital-mercadoria em capital-dinheiro. Na cidade de Belém, os promotores imobiliários não estão interessados em produzir habitações para as camadas populares, e sim na produção de residências para satisfazer a demanda de pessoas com renda mais elevada, contando com ajuda do Estado no sentido de tornar acessível a produção de residências para satisfazer a demanda com renda inferior. Essa estratégia tem um significativo rebatimento espacial, pois a ação dos promotores imobiliários se correlaciona com o preço elevado da terra e alto status dos bairros, acessibilidade, eficiência e segurança dos meios de transporte. Essas características em conjunto tendem a valorizar certas áreas da cidade, tornando-se alvo da ação rápida dos promotores imobiliários.

O Estado também atua na organização espacial da cidade, que é variável no tempo e no espaço. A participação do Estado se dá porque este atua diretamente como grande industrial, consumidor de espaço e de localizações específicas, proprietário fundiário e promotor imobiliário, até mesmo através da regulamentação fundiária ou negociações com outros agentes sociais, através de órgãos como a COHAB, por exemplo. O Estado também atua nessa modelação do espaço

urbano, através de serviços públicos, como sistema viário, calçamento, água, esgoto, iluminação, parques e coleta de lixo. Todos esses instrumentos constituem o Estado como modelador do espaço urbano. Ainda segundo Corrêa (1989),

A atuação do Estado se faz, fundamentalmente e em última análise, visando criar condições de realização e reprodução da sociedade capitalista, isto é, condições que viabilizem o processo de acumulação e a reprodução das classes sociais e suas frações (CORRÊA, 1989, p. 26).

A partir disso, percebem-se vários tipos de atuação do Estado no espaço urbano, entendendo o papel do Estado enquanto agente modelador do espaço urbano capitalista, pois através de suas políticas, ele viabiliza simultaneamente vários interesses, até quando cria condições de uma circulação mais eficiente, viabilizando a produção de novos meios de transporte, inclusive os de uso residencial.

## **1.2- Segregação socioespacial**

Em toda a história humana e nas mais diversas sociedades, existem classes sociais distintas que habitam de diferentes formas, e por vezes, as classes mais abastadas procuram formas de se segregar das classes mais pobres. No Brasil, isso é notório principalmente nos grandes centros urbanos, e na cidade de Belém pode-se verificar que os bairros centrais são compostos principalmente por condomínios verticais de alto padrão, distanciando-se da realidade de bairros mais pobres. Trazendo para o objeto dessa pesquisa, na Avenida Augusto Montenegro, há tanto condomínios verticais quanto horizontais, verdadeiros enclaves que modificam o habitar e segrega os moradores de dentro dos condomínios com os de fora, e em sua grande maioria, são de classes inferiores. Corrêa (1989) afirma que,

A segregação residencial é, em realidade, um processo que origina a tendência a uma organização espacial em áreas de 'forte homogeneidade social interna e de forte disparidade entre elas' (Castells, 1983). É um produto da existência de classes sociais, sendo a sua espacialização no urbano (CORRÊA, 1989, p. 60).

Corrêa (2004) considera que a segregação espacial ocorre na grande maioria das vezes por parte de promotores imobiliários, visto que, realizam de forma parcial ou total as mudanças no mercado imobiliário e cria estratégias para estabelecer uma demanda que busque se diferenciar e afastar dos demais, reforçando essa fragmentação e segregação socioespacial. De acordo com Felacio (2013, p. 68),

Neste sentido, toda dinâmica na produção capitalista do espaço de uma forma ou de outra são relações capitalistas de produção pautadas nas relações sociais e nas contradições de classes. Este processo contraditório e desigual é o paradigma capitalista de acumulação de riquezas, a contradição neste caso é premissa para acumulação de riquezas e também da reprodução das relações sociais de produção as quais se concretizam por meio de mecanismos econômicos, políticos e sociais no espaço e no tempo.

Para Sposito e Góes (2013) uma determinada realidade urbana, encontra-se diretamente relacionada com segregação, principalmente nos espaços residenciais fechados, alterando não só as distribuições nas cidades, como também nos grupos sociais, fazendo com que tenha uma nova rearticulação da cidade, produzindo uma nova reestruturação na cidade e segmentações mais complexas. A partir disso, podemos perceber a influência dos fluxos nesse determinado local, que leva o surgimento de processos urbanos, como empreendimentos, aparecimentos de *shopping centers*, comércios, supermercados, com o objetivo de atender a nova demanda.

(...) o processo de aparecimento desses novos modos de habitar, que acentuam a segmentação socioespacial, agora expressa objetivamente pelos muros e guaritas, aprofunda a "desintegração" espacial do corpo urbano (JANOSCHKA e GLASZE, 2003 apud SPOSITO, 2013 p. 68).

Essa desintegração espacial do corpo urbano vai fazer uma separação de um determinado grupo social do restante da cidade, visando novos modos de habitações, que se diferencie do restante, obtendo serviços dentro ou ao redor para atender a demanda. Carlos (2007) afirma que a fragmentação espacial vai ser considerada como uma mercadoria, visando o valor de troca, acentuando o processo de segregação, com as práticas urbanas e tendências dentro desses espaços.

Segundo Carlos (2007, p. 47), a existência de uma sociedade de classes vai diferenciar os seus membros a partir do lugar que ocupam tanto na produção como na distribuição da riqueza gerada. De acordo com Sposito (2011, p. 133), “a cidade e as redes urbanas seriam vistas de outro ponto de vista, porque a diferença possibilita o diálogo e a contradição como motor de transformações, enquanto a desigualdade, quando acentuada, pode ampliar o conflito, a indiferença, a segregação e a fragmentação”.

Segundo Santos (2018, p. 3),

É no espaço das cidades, na escala do habitar, que as diferenças espaciais se apresentam de maneira mais clara, estando muito mais relacionadas aos conflitos pelas apropriações do espaço, revelando também as desigualdades sociais inerentes ao modo de produção capitalista. (SANTOS, 2018, p. 3).

Ainda conforme Santos (2018, p. 8) “a valorização capitalista do espaço é uma valorização da valorização”, pois o próprio capitalismo valoriza o espaço para também se valorizar e se reproduzir, estrategicamente, e de acordo com seus próprios interesses, criando assim, espaços cada vez mais articulados e que vão dar condições para o próprio capital se recriar e se expandir no contexto da cidade.

## **2- A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NA AVENIDA AUGUSTO MONTENEGRO NO CONTEXTO DO ESPAÇO METROPOLITANO DE BELÉM**

A Avenida Augusto Montenegro começou como um ramal, braço da antiga estrada de ferro de Bragança, que ligava o Entroncamento com a Vila Pinheiro, atual bairro de Icoaraci. A partir da década de 1960, com a desativação da estrada de ferro, abriu-se uma avenida nesse antigo ramal, e em 1975 é inaugurada a nova avenida, e em 1978 há um melhoramento na estrutura dela.

Em 1998, já com o alto crescimento e valorização da avenida, houve a necessidade de uma reforma e melhoramento urbanístico no decorrer da avenida, conhecida na época como “rodovia da morte”, devido ao grande número de acidentes ocorridos nela pela falta de estrutura e pelas péssimas condições em que se encontrava, e com isso, durante o mandato de Edmilson Rodrigues (prefeito de Belém de 1997 a 2005, e atual prefeito de Belém hoje) houve uma requalificação e readequação da avenida. Segundo Mendes (2014), com o tempo, essa estrutura foi se deteriorando e houve um alto crescimento populacional, de serviços e bens no entorno da avenida, mas principalmente na área do bairro do Mangueirão até a região do Parque Shopping, e com isso, houve a necessidade de reorganizar espacialmente e paisagisticamente a avenida.

No entanto, em meados dos anos 1990, ocorreu uma expansão do centro urbano de Belém, quando a Augusto Montenegro deixou de ser uma avenida composta majoritariamente de sítios, e passou a conter espaços residenciais horizontais fechados de alto padrão devido à ação dos promotores imobiliários. De acordo com Souza (2016)

A instalação dos primeiros empreendimentos habitacionais na área foi responsável pelas primeiras obras de infraestrutura, que naquele momento estavam concentradas nas áreas ocupadas pelos conjuntos habitacionais construídos pela iniciativa pública. (...) No início da década de 1990 um novo público tornou-se alvo dos empreendimentos da área de expansão, os condomínios fechados introduzidos após a crise econômica da década de 1980. (...) A implantação dos condomínios fechados representou a consolidação da área de expansão da cidade, como uma área heterogênea, onde conviviam lado a lado os mais diferentes atores da produção da cidade, separados apenas por muros (SOUZA, 2016, p. 37).

Dessa forma, pode-se afirmar que, a partir da instalação de alguns conjuntos habitacionais ao longo da avenida Augusto Montenegro que houveram as primeiras iniciativas públicas com infraestruturas que atendessem as demandas das populações desses residenciais. A partir de 1990, com a construção de espaços residenciais horizontais fechados, sobretudo da construtora Villa Del Rey, onde o público alvo era a emergente classe média belenense, que estavam em busca de imóveis mais baratos, já que o centro da cidade estava passando pelo processo de verticalização e valorização. Ademais, esses espaços residenciais eram (e são) verdadeiros enclaves dentro de bairros mais pobres. De acordo com uma entrevistada, aqui chamada de “Moradora 1”, uma das iniciativas do Estado para que a área mais rica e valorizada da Augusto Montenegro fosse menos confundida com os bairros mais pobres, foi a criação do bairro Parque Verde, que de acordo com mapas da Prefeitura de Belém, compreende o trecho do Residencial Parklândia até o condomínio Greenville II, através da Avenida Augusto Montenegro.

A partir da década de 2000, houve uma expansão ainda maior, com a implantação de redes de supermercado ao longo da avenida e contínua expansão de condomínios. Na década de 2010, houve um maior investimento em condomínios e na oferta de bens e serviços, onde começaram a surgir condomínios residenciais verticais, com um Shopping Center, mais redes de supermercados, prédios de escritórios, e com isso, por meio da influência e interesse dos agentes imobiliários e dos proprietários dos meios de produção e com a necessidade de se haver uma reestruturação da avenida, o Estado, por meio da prefeitura de Belém, começa em 2014, a construção do BRT- Belém na fase da Augusto Montenegro, sendo a proposta da prefeitura de realizar serviços de macro drenagem, água, esgoto, e reforma paisagística nos 13 quilômetros de extensão da Avenida Augusto Montenegro.

Com todos esses processos ocorrendo na paisagem e no espaço, houve uma enorme valorização no entorno da avenida, e uma enorme expansão e remodelação dos equipamentos urbanos, sobretudo de comércio e nos diversos setores da economia. A avenida como um todo ganhou ares mais urbanos e modernos. Conforme Mendes (2014),

(...) essas ações de alocação de infraestruturas, resultaram e contribuíram, em grande parte, à intensificação da urbanização nessa parte de Belém e, também, como houve um crescimento atraído pelas intervenções urbanísticas, paisagísticas e infra estruturais, na criação do capital social ao mercado imobiliário (MENDES, 2014, p. 89).

A partir do BRT- Belém na fase da Augusto Montenegro, viu-se realmente a acentuação da colocação das estruturas que Mendes (2014) cita, e da intensificação da urbanização gerados

pelos promotores imobiliários e proprietários de meio de produção, composto por supermercados, lojas de atacado e varejo e diversos serviços ofertados, como redes de *fast-food*, salões de beleza, entre outros. Contudo, é necessário observar que as obras do BRT beneficiam uma parcela restrita da população, e que há mais benefícios para os que moram no entorno da avenida, do que aqueles que a utilizam como via de acesso ao seu bairro. É notável que diversos bairros, a poucos metros da Avenida Augusto Montenegro, não contam com infraestrutura igual ou próxima da presente na avenida, e há diversos assentamentos precários que não contam com todos os serviços básicos, ou quando contam, são precários e escassos.

Dessa forma, pode-se analisar que a paisagem da Avenida Augusto Montenegro não é totalmente homogênea e apresenta desigualdades espaciais e sociais, evidenciadas pelas mazelas da sociedade e pelo descaso do Estado enquanto agente modelador do espaço e da paisagem, e que deveria, por obrigação, oferecer serviços básicos de qualidade e contínuos, para que, dessa forma, houvesse melhor qualidade de vida a esses moradores de assentamentos precários e população não residente da margem da Avenida Augusto Montenegro, desconcentrando a rede urbana de infraestrutura, urbanização e modernização apenas ao redor da avenida, que serve não só de entrada para condomínios, conjuntos habitacionais, mas para diversos outros bairros próximos, sendo essencial para o desenvolvimento da região. Observe a figura 01:

**Figura 01** - Cruzamento da Avenida Augusto Montenegro com Avenida Independência entre 2009 e 2018

Fonte: <http://www.belem.pa.gov.br/semob/site/wp-content/uploads/2018/07/62bcaa6f-e82f-4ba5-bbce-4d13671e6be6-698x465.jpg> (acesso em 11/01/2022)

Na figura 01 é possível observar as mudanças no trecho entre o Residencial Parklândia e o Parque Shopping, onde em um período de 9 anos surgiu um elevado, torres residenciais, bancos, colégio e curso de idiomas, posto de combustível em um trecho de cerca de 500 metros. Essa pequena área da avenida é extremamente valorizada, concentrando serviços e tendo o metro quadrado mais caro da área da Avenida Augusto Montenegro.

Os promotores imobiliários se fazem presentes principalmente nesse trecho pelo fato de haver uma enorme concentração populacional e diversas vias de acesso nessa área, que contém ótima infraestrutura atualmente, com a conclusão do elevado Engº José Augusto Soares Affonso, que alterou a paisagem e o espaço no entorno dele, tornando essa paisagem mais moderna, urbanizada e com um alto grau de disposição de serviços e comércio. Nessa mesma área pode-se observar também a presença de diversos condomínios, principalmente horizontais, que mostram a

grande concentração populacional que gerou a oferta de serviços nessa área, áreas de *shopping center*, escolas, farmácias, etc., contudo, mesmo havendo condomínios, há uma variação entre eles, pois pode-se identificar espaços residenciais fechados de alto padrão e de classe média- baixa.

Os de classe média-baixa, como o Residencial Augusto Montenegro, Residencial Parklândia e o Residencial Natália Lins vieram antes dos anos 2000 para a avenida com o intuito de povoamento da região e descentralização do centro urbano da cidade, e hoje, assim como a Avenida Augusto Montenegro, se modernizaram e se adequaram à nova realidade da avenida. Há também o Residencial Chácara Montenegro, Condomínio Montenegro Boulevard e o Complexo de Condomínios Parques Jardins, de classe média e de classe alta respectivamente. Esses três condomínios vieram com a expansão da avenida e com a valorização da mesma, com todos seus projetos de urbanização. No trecho, há oito espaços residenciais fechados, de ambos os lados da avenida, que mostram enclaves urbanos no meio de faixas de população de baixa renda, e demonstram como os promotores imobiliários se fazem presentes na avenida e como todo esse processo se dá. Com isso, vão surgir na avenida novos centros e subcentros de diversas escalas, atribuindo-se a uma área de convergência e interesse.

É viável que com a reprodução desse espaço urbano vai obter-se uma expansão e principalmente mudanças naquele determinado local. Segundo Sposito (2002), determinados subcentros vão resultar dessa expansão urbana por conta das mudanças resultantes no espaço urbano, principalmente a sua expansão, e interesses de empresários que correspondem aos meios de transporte, grandes comerciais, redes de supermercados, escolas, um arcabouço gigantesco de interesses e buscam o lucro.

### **3- PARKLÂNDIA: AGENTES E PROCESSO DE PRODUÇÃO**

O Residencial Parklândia foi inaugurado em 1979, com apenas 190 unidades habitacionais, elaborado a partir da expansão de residenciais para a área da Avenida Augusto Montenegro. Construído pela SOCILAR, ele já é mais recente se comparado ao período de inauguração do Nova Marambaia e Panorama XXI. No passado, antes da ocupação do atual bairro da Cabanagem, o entorno do residencial era composto por uma mata virgem, tanto que após a inauguração do conjunto não se tinha nenhuma forma de cercamento, até mesmo por não ser uma unidade privada de habitação.

Quando eu cheguei aqui no condomínio só tinha casa e era rodeado de floresta. De serviços não tinha nada aqui na região, só tinha a feira do Panorama e assim, a nossa

opção de compras era na feira da 25 porque existia a feira do Panorama, mas era muito precária né (Moradora 1 - Condomínio Parklândia, Designer de Moda, 67 anos).

Um ponto a ser destacado é que após a inauguração do residencial, tinha-se uma deficiência de serviços no seu entorno, fazendo com que os moradores se deslocassem para a feira do conjunto Panorama XXI, e em caso de serviços mais específicos, para Icoaraci ou para o centro de Belém. Nesse ponto, é latente o fato da população com renda mais baixa ser “jogada” para as periferias das cidades, onde a oferta de serviços e de equipamentos urbanos públicos são mais escassos, e a Augusto Montenegro nesse período é um grande exemplo disso, repleta de conjuntos habitacionais, compostos majoritariamente por pessoas de classe média baixa e classe baixa. Além disso, apesar de já se ter um maior número de habitantes nessa região, apenas a partir de 2000 que começa a haver uma maior gama de serviços nessa região.

Na figura 02, podemos identificar o condomínio Parklândia, com suas relações de vizinhança, a proximidade com o Panorama XXI, com equipamentos urbanos públicos e privados e suas relações com a Avenida Augusto Montenegro, assim como suas reconfigurações espaciais e residenciais no ano de 2022.

Figura 02 - Mapa de localização do Condomínio Parklândia

Fonte: elaboração própria a partir de análise documental, 2021.

Além disso, há pontos peculiares na produção do espaço residencial. Ocorre que há uma escola pública do Governo do Estado do Pará dentro dos limites do Parklândia. A E.E.E.F. Pedro Carneiro foi construído junto com o residencial, e de acordo com a “Moradora 1”, a escola foi entregue no mesmo período da entrega das casas, e que inicialmente serviria para atender os filhos dos moradores do conjunto habitacional. O terreno da escola, segundo a mesma moradora, pertencia ao conjunto, e foi cedido ao Governo do Pará, sendo hoje o dono do terreno. Atualmente, a escola conta com mais de 310 alunos. Além da escola pública, há duas escolas particulares nas dependências do residencial.

A partir de dado momento, em 1989 iniciou-se o processo de construção do muro do residencial. Ocorre que nesse período a área do entorno do residencial estava sendo desmatada e o espaço dando origem ao que hoje é o bairro da Cabanagem. Com o início das ocupações precárias ao redor do residencial, houve um fator latente, motivo pelo qual uma parcela da população opte por morar em condomínios fechados se tornou explícito: a insegurança.

Nesse ponto, a população do conjunto se reuniu para iniciar a construção do muro. Como citado anteriormente, o ponto chave foi a insegurança. Segundo Góes e Sposito (2014) as reações da população das cidades em relação à insegurança envolvem cada vez mais práticas individuais, privatizantes e adeptas de mecanismos de controle exacerbados, caracterizadas pela desconfiança em relação aos outros. Dessa forma, a população do próprio residencial, motivados por interesses de um grupo, decidiu transformar um espaço aberto de moradia em um espaço fechado.

Conforme descreve um morador entrevistado, as populações das ocupações do entorno do conjunto por muito tempo foram contra a construção do muro, pois a área do residencial tinha melhores condições principalmente de asfaltamento, que mesmo precárias, eram melhores do que a da recente ocupação da Cabanagem. Além disso, o Estado não foi contra o levantamento do muro em quase um quilômetro de cada lado do residencial. De acordo com esse morador, mesmo com o muro sendo irregular, nunca houve nenhuma tentativa por parte do poder público para a remoção do muro, até mesmo a prefeitura, em 2012, realizou serviços de pavimentação asfáltica, drenagem, limpeza, iluminação pública e sinalização, que antes eram antigas, sendo que a pavimentação era quase inexistente, ruas cheias de buracos e situações de alagamento no residencial.

Ademais, há a situação de utilização dos equipamentos e espaços do condomínio por terceiros, além dos moradores. Ocorre que, logo após a inauguração do residencial, havia uma transportadora pertencente a uma moradora que financiou a construção do muro. Contudo, o antigo terreno se tornou hoje o Residencial Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, pertencente a uma moradora do residencial. O espaço se localiza no bairro da Cabanagem e possui uma saída para o bairro, contudo, os moradores desse residencial se utilizam da portaria e das vias do Parklândia para adentrar no residencial, sem custos adicionais a nenhum deles.

Pode-se analisar também, a partir das entrevistas, que a população residente no residencial é, em sua maioria, de pessoas que ganham acima de 4 salários mínimos. Isso se explica pela mudança nas residências, que quase não existem mais as “originais” construídas pela SOCILAR, pelo aumento do valor da taxa condominial e a valorização dos imóveis, que influenciou no êxodo

dos mais pobres que antes moravam no condomínio, dando lugar para pessoas com renda mais alta.

#### **4- A CONTROVERSA CONDIÇÃO DE ESPAÇO FECHADO DO PARKLÂNDIA**

Apesar de o Parklândia ser um residencial (a partir do ponto de vista dos moradores e da administração), ele se difere do padrão conhecido, até mesmo por apresentar contrapontos em relação à Lei nº 6.766/79 que “Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano”. Entende-se que o Parklândia na verdade se trata de um loteamento em que a própria população (entendida nesta pesquisa enquanto um agente modelador do espaço) cercou com muros e adicionou elementos que se aproximam de um Espaço Residencial Fechado.

Na área interna do residencial há escolas, sendo uma delas pública, um residencial secundário que se utiliza de equipamentos do Parklândia, há um certo grau de precariedade em relação a segurança e lazer, além da presença do Estado dentro desse espaço de moradia, inclusive no que diz respeito à coleta de lixo, iluminação pública e obras de saneamento que todas são realizadas pela prefeitura.

É notório em todas as cidades brasileiras que o fator da insegurança urbana, que é muitas vezes reproduzido em grande escala pela mídia, desencadeia nos brasileiros um maior interesse em morar em espaços fechados de moradia. No Parklândia, por causa do crescente número de ocupações precárias ao redor dele, os próprios moradores se uniram e cercaram toda a extensão do residencial.

Apesar de ser um Espaço Residencial Fechado, cercado por cerca elétrica (instalada apenas em 2021), tem-se uma parcela expressiva de moradores que não se sentem bem atendidos em relação à segurança. Isso se explica principalmente pelo valor pago de “taxa condominial” por cada moradia, que por muito tempo era baixo, que não conseguia gerar novos investimentos para o condomínio, sendo o muro o único objeto a segregar a população do Parklândia da população da Cabanagem. Adiante, tem-se a falta de empresas especializadas em segurança, que normalmente se fazem presentes nesses espaços. Também se deve ao fato de não haver um controle rígido da entrada de pessoas pela portaria, até mesmo porque não há um controle efetivo dos alunos que adentram o residencial para as escolas, principalmente para a escola pública.

A E.E.EF. Pedro Carneiro, como citada anteriormente, existe desde a inauguração do então residencial na época. Contudo, com a construção do muro, a escola foi colocada dentro dos limites do residencial, tendo acesso apenas pela portaria do mesmo. Já houveram diversas discussões sobre a permanência da escola, contudo, nunca se chegou a um acordo concreto. De acordo com entrevistas do trabalho de campo realizado em dezembro de 2021, diversos moradores reclamam da permanência da escola pública dentro do espaço do Parklândia, sendo o principal a desorganização da portaria com o controle dos alunos que adentram o residencial, gerado por um não acordo entre a administração e as escolas. Além disso, há certo preconceito explicitado nas entrevistas, visto que a maioria dos estudantes da escola pública são de classes mais baixas, acentuado pelo fato da escola pública ser citada diretamente, com pouca ou nenhuma citação sobre as escolas particulares.

É uma relação conflituosa, porque eles andam 600/700 metros da portaria até a escola, e nesse trajeto que eles andam, eles jogam pedra nas árvores, temos muitas árvores frutíferas, essas pedras podem causar dano ao patrimônio das pessoas, janelas, carros. Eles mexem nas coisas, porque são jovens, a portaria acaba criando um descontrole, porque pessoas envolvidas com droga entram pra poder esperar a irmã, a namorada ou não vem esperar ninguém, mas faz de conta que vem (Morador 3, Advogado, 64 anos).

Faz-se necessário pontuar que a maioria dos condôminos não utiliza a escola pública que fica no espaço do condomínio, e preferem as duas escolas particulares que estão disponíveis, podendo ser visto na porcentagem de 83,3% dos entrevistados declararam que alguém da sua família estuda ou já estudou nas escolas particulares. Mesmo assim, a maior parte dos alunos das três escolas é externa ao condomínio.

Além disso, conforme cita o “Morador 3”, a principal transformação ocorreu em 2012, quando foi feito todo o sistema de esgoto sanitário, todo o sistema de saneamento e o asfaltamento que transformou e valorizou o Parklândia, e foi realizado por meio da Prefeitura de Belém, durante o governo de Duciomar Costa. Esses serviços não deveriam ter sido realizados pelo poder público, mas sim pela administração condominial, sendo a taxa condominial responsável pelo custeio dessas obras. Contudo, esses tipos de serviços que são considerados públicos continuam a ocorrer, pelo fato do residencial já ter sido um espaço aberto de moradia.

Ademais, a Companhia de Saneamento do Estado do Pará não se faz presente dentro do espaço do Parklândia, haja vista que a distribuição e manutenção do sistema de água são feitos pelo próprio residencial. Esse ponto específico é o que mais gerou bons resultados nas entrevistas,

já que 58% dos entrevistados do condomínio se sentem bem atendidos em relação ao asfalto, sistema de esgoto, água potável e coleta de lixo.

Um ponto de discrepância dos demais dados obtidos nas entrevistas foi a satisfação quanto ao lazer dentro do espaço do Parklândia. Por já ter sido um espaço de moradia aberto, não se teve uma preocupação em se construir espaços de lazer, e após o cercamento, tentou-se construir um salão de festas e um playground, que tem sua manutenção realizada por uma das escolas particulares que o utilizam. Há uma quadra de esportes cheia de buracos e em estado crítico de conservação, mas que ainda é utilizada pelos moradores.

É interessante analisar esse dado pelo fato de que quando se pensa ou se busca um condomínio ou residencial para moradia, um dos pontos decisivos é a estrutura de lazer oferecida pelo mesmo. Contudo, nota-se, através das entrevistas em trabalho de campo, que a decisão dos moradores em morar nesse espaço é a arborização, casas grandes e espaço para os filhos e a localização do residencial.

Por fim, o residencial Parklândia, apesar de ter suas discrepâncias por conta de não chegar a um padrão de condomínio residencial fechado, acaba por ser extremamente atrativo para os moradores, que, de acordo com os resultados das entrevistas, houve a valorização das residências, e um maior número de equipamentos urbanos que automaticamente gera maior comodidade e menor necessidade de deslocamento para o centro de Belém.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Nesta pesquisa, foram analisadas as dinâmicas da produção do espaço urbano, bem como seus agentes, processos e formas. Também se identificou os agentes modeladores do espaço e as estratégias utilizadas por eles no Residencial Parklândia, compreendendo a relação do espaço residencial fechado com a Avenida Augusto Montenegro.

Em um âmbito geral, a população busca formas de sobreviver na cidade, e a insegurança urbana junto com outros fatores mencionados na pesquisa acabam transformando a população em agente modelador desse espaço urbano, reproduzindo a cidade através de suas dinâmicas.

Assim, foi possível concluir nesta pesquisa que há diversos pontos que levaram o Parklândia de espaço aberto de moradia para espaço privado, além de suas peculiaridades em relação a outros espaços residenciais na Avenida Augusto Montenegro. Apesar de ser um espaço residencial fechado, é possível perceber a presença do Estado através de políticas públicas, a

atuação da população agindo em prol de seus interesses, a dificuldade de se estabelecer equipamentos de um condomínio fechado em um espaço que antes era aberto.

É importante frisar os conflitos existentes entre os moradores do bairro Cabanagem e o residencial, haja vista que existe uma relação entre ambos, não apenas de vizinhança, mas também de utilização do espaço do residencial, que abriga a escola pública Pedro Carneiro, assim como duas escolas particulares, que são utilizadas pelos moradores do entorno do residencial.

A pesquisa apontou a dualidade existente no fato do Residencial Parklândia ter sido transformado pela própria população em um Espaço Residencial Fechado, contrapondo leis e tendo o Estado como um agente que fortaleceu esses ideais e deu suporte para que tais processos ocorressem, suporte esse que até os dias de hoje se revelam nos serviços públicos da prefeitura que são ofertados dentro do residencial. Dessa forma, também, tem-se a atuação de um novo agente modelador do espaço urbano, a própria população do loteamento, não diretamente citado anteriormente nos estudos de Corrêa, mas que pode ser acrescentado aos demais agentes, haja vista que o cenário ocorrido no Residencial Parklândia tem ganhado novas estruturas em outro espaços na Avenida Augusto Montenegro.

A busca por melhores condições de moradia e o desejo de morar efetivamente em um espaço residencial fechado motivou os moradores do loteamento a se organizarem em prol das melhorias para o local, e hoje o padrão de pessoas que moram nesse espaço é totalmente diferente, pois houve a valorização do espaço, as casas foram modificadas, o setor imobiliário também atuou nesses processos, além da própria dinâmica da Avenida Augusto Montenegro que nos últimos anos incorporou uma gama de condomínios de alto padrão e equipamentos urbanos de uso coletivo no entorno do Residencial Parklândia e que de forma direta ou indiretamente fortalecem essas dinâmicas.

Dessa forma, as análises feitas no Residencial Parklândia são necessárias para compreender os variados agentes que produzem o espaço urbano no Brasil. É de suma importância ressaltar as contribuições da ciência geográfica nessas análises urbanas para aumentar os estudos acerca dos diversos processos existentes na metrópole Belém.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA PARÁ. **Estudantes e pais da Escola Pedro Carneiro participam de encontro.** Disponível em <https://agenciapara.com.br/noticia/2140/>. Acesso em 10 jan. 2022.

BRITTO, Lilian Maria Borges Leal de. **Percursos cotidianos e socialização na área de expansão de Belém**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Belém, 2017.

CAPEL, Horacio. «Agentes y estrategias en la producción del espacio urbano español». **Revista de geografia**, [em linha], 1974, Vol. 8, Núm. 1, p. 19-56.

CARLOS, Ana Fani A; SOUZA, Marcelo J. L; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. [S.l: s.n.], 2011.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade**. São Paulo: Labur Edições, 2007, 123p.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2019. (Coleção repensando a geografia).

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 2004. 94p. (Série Princípios).

FELACIO, Rafael Matos. **A produção do espaço: segregação e diferenciação socioespacial na cidade de Criciúma-SC**. (Dissertação de Mestrado). Rio Grande do Sul, 2013.

FERRAZ, Camila de Araújo. **Crédito, exclusão financeira e acesso à moradia: Um Estudo sobre Financiamento Habitacional no Brasil e o Programa Minha Casa Minha Vida**. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação em Economia do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011.

IPEA (2010). “Crise Financeira e Hipotecária e o Direito à Moradia Adequada” in **Infraestrutura Social e Urbana no Brasil: subsídios para uma agenda de pesquisa e formulação de políticas públicas**. Projeto Perspectivas do Desenvolvimento, livro 6, cap. 10. Rio de Janeiro. 2010.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev. 2006 / LEFEBVRE, Henri La production de l'espace 1974

MENDES, Luiz Augusto Soares. **Espaços elitizados de moradia e consumo: a reestruturação urbana da Avenida Augusto Montenegro no quadro das centralidades da Região Metropolitana de Belém**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2014.

NEO INCORPORAÇÕES. **Você sabe como surgiram os condomínios no mundo?** Disponível em: <https://www.neoincorporacoes.com.br/blog/voce-sabe-como-surgiram-os-condominios-no-mundo> . Acesso em 20 dez. 2021.

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO. **Prefeito Duciomar Costa entrega obras na Terra Firme e Conjunto Parklândia.** Disponível em: <https://ptb.org.br/prefeito-duciomar-costa-entrega-obras-na-terra-firme-e-conjunto-parklandia/>. Acesso em 10 jan. 2022.

PREFEITURA DE BELÉM. Mapa geral - bairros de Belém. Disponível em: [http://www.belem.pa.gov.br/codem\\_mapas/Mapas\\_PDF/Bairros/Mapa%20Geral%20-%20Bairros%20de%20Belem.pdf](http://www.belem.pa.gov.br/codem_mapas/Mapas_PDF/Bairros/Mapa%20Geral%20-%20Bairros%20de%20Belem.pdf) . Acesso em 29 dez. 2021.

RAPOSO, Rita. Condomínios fechados, tempo, espaço e sociedade: uma perspectiva histórica. **Cadernos MetrÓpole**. São Paulo, v.14, n.27, pp. 171-196, jan/jun, 2012.

RIOS, Marylu Fernandes Guedes. **Condomínios Fechados Horizontais em Belém:** experiências na década de 1990 e anos 2000. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Instituto de Tecnologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

RODRIGUES, Arlete Moysés. Desigualdades Socioespaciais – a luta pelo direito à cidade. **Revista Cidades**, v. 4, n. 6, 2007, p. 73-88.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço:** Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2014.

SANTOS, Otávio Augusto Alves dos. **Diferenciação espacial:** contribuição ao estudo de processos na cidade contemporânea. Pernambuco, 2018.

SOUZA, Renata Durans Pessoa de, 1990- **A Área de expansão de Belém:** um espaço de múltiplas vivências. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Belém, 2016.

SPOSITO, M. E. B. Loteamentos Fechados em Cidades Médias Paulistas – Brasil. In: SPÓSITO. E.S.; SPÓSITO. M. E. B.; SOBARZO, O. **Cidades Médias:** produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p 175-197.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (orgs.). A produção do espaço urbano: agentes, processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011, p. 123-145.

SPOSITO, Maria Encarnação, GÓES, Eda Maria. **Espaços fechados e cidades:** insegurança urbana e fragmentação socioespacial. São Paulo, Editora Unesp, 2013.

SPOSITO, Maria Encarnação, GÓES, Eda Maria. A insegurança e as novas práticas espaciais em cidades brasileiras. In: XIII Coloquio Internacional de Geocrítica - El control del espacio y los espacios de control. Barcelona, 5-10 de maio de 2014. **Anais...** Barcelona, 2014.